

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DAS V JORNADAS AÇORIANAS DE DIREITO

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO

Resumo: fazendo apelo à ideia de Zygmunt Bauman de “modernidade líquida”, o autor assinala que a “vida líquida” interfere com a estabilidade de princípios e valores, normas e comportamentos, sublinhando a renovada importância da ética no mundo atual. Salienta, assim, a importância do tema das V Jornadas Açorianas de Direito, bem como da discussão dos assuntos que a orbitam, como sejam os valores a proteger pelas normas penais, a feitura das leis e a sua interpretação e aplicação, a investigação criminal, a proteção dos direitos liberdades e garantias, a tipicidade do crime, o julgamento e a medida das penas. Insta o poder legislativo a aperfeiçoar, em Portugal, o exercício da competência legislativa, em geral, e, em especial, em matéria de corrupção. Rejeitando as percepções genéricas e negativas em relação à política e à governação, aponta um caminho que passa por a sociedade organizar o seu sistema de funcionamento de forma cristalina e convincente para os cidadãos.

Palavras-chave: Jornadas Açorianas de Direito; estabilidade social; princípios e valores; ética; corrupção; normas penais; bens jurídicos; medida das penas; poder legislativo.

I. RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS JORNADAS AÇORIANAS DE DIREITO

Começo por expressar o quão honroso é, para mim, aqui e neste contexto, proferir a conferência de encerramento das V Jornadas Açorianas de Direito.

Esta e todas as pretéritas edições foram um sucesso, quer quanto à importância e oportunidade do temário, quer quanto à qualidade dos conferencistas especialistas nas matérias em análise.

Por se realizarem aqui em Ponta Delgada, têm prestigiado a cidade e os Açores em geral e a nossa comunidade jurídica em particular.

Aliás, só o seu sucesso tem justificado e reforçado a sua continuidade, numa pequena e distante geografia, que, no entanto, não diminuiu a elevada disponibilidade intelectual para a reflexão crítica do estado da arte na justiça.

Ademais, com o justo registo na Edição da Associação Sindical dos Juizes Portugueses — “JULGAR”.

Afinal, aqui em São Miguel... nos Açores, hoje, como já no final de século XIX, e a propósito de Moraes de Pereira, astrónomo amador, Júlio de Castilho, em passagem por cá, escrevia, em 1885, o seguinte e cito:

“Sim; quanto a cultura intelectual, há já muita n’aquele ilha. O pobre tem escolas, tem bibliothecazinhas populares. O rico viaja, como te disse, e estuda. Há muitos bacharéis formados em várias faculdades; e dos que não o são, muitíssimos insulanos passam a vida a estudar. (...)”

O insulano está em dia com as publicações européas; assiste de longe, mas não indiferente, ao movimento intelectual do mundo; acompanha as novidades científicas. (...)”

Caros senhores magistrados, em boa hora ideólogos das Jornadas Açorianas de Direito e membros da comissão organizadora:

Dr. José Francisco Moreira das Neves
Dr. Pedro Soares de Albergaria
Dr. Pedro Mendes Lima
D. Francisco de Siqueira
Dr.^a Madalena Cordeiro Aguiar
Dr. José Guimarães Freitas,

Agradeço-vos o convite para proferir esta conferência de encerramento. Não sendo especialista no temário das jornadas, nem tendo o Poder Local qualquer intervenção política, legislativa ou operacional no domínio do direito ou da justiça, em geral, reduzo a minha reflexão à visão do cidadão e do responsável político, eleito autarca, com referência ao entendimento de que urge reforçar na sociedade a promoção de uma cultura geral pela ética e por uma exigência de dignidade.

II. PELA PROMOÇÃO DE UMA CULTURA GERAL PELA ÉTICA E POR UMA EXIGÊNCIA DE DIGNIDADE

Envolver cada indivíduo num comum comportamento de uma sociedade inteira nunca foi, nem é fácil. Aliás, neste nosso presente está cada vez mais difícil a estabilidade de um entendimento partilhado.

Encontrar e valorizar o *Ethos* certo, o *Logos* assertivo e um *Pathos* atento e receptivo é hoje em dia tarefa hercúlea.

A inspiradora classificação de Zygmunt Bauman de “modernidade líquida”, que substitui o conceito de pós-modernidade, é reveladora dessa dificuldade.

Esta nossa vida líquida instabiliza princípios e valores, normas e comportamentos.

No dizer de Zygmunt Bauman: o mundo líquido é-o porque, como todos os líquidos, nunca se imobiliza, nem conserva a mesma forma. Tudo ou quase tudo está sempre em mudança.

Leandro Karnal, historiador brasileiro, explicando o pensamento de Zygmunt, diz:

“(...) as alterações ocorrem em todas as áreas e nossas ansiedades costumam surgir até mesmo da possibilidade de mudança.

Para resumir a história: esse mundo, nosso mundo líquido moderno, sempre nos surpreende; o que hoje parece correto e apropriado amanhã pode muito bem se tornar fútil, fantasioso ou lamentavelmente equivocado.

Suspeitamos que isso possa acontecer e pensamos que, tal como o mundo que é nosso lar, nós, seus moradores, planejadores, atores, usuários e vítimas, devemos estar sempre prontos a mudar: todos precisam ser, como diz a palavra da moda, “flexíveis”. Por isso, ansiamos por mais informações sobre o que ocorre e o que poderá ocorrer.

Felizmente, dispomos hoje de algo que nossos pais nunca puderam imaginar: a internet e a web mundial, as “autoestradas de informação” que nos conectam de imediato, “em tempo real”, a todo e qualquer canto remoto do planeta, e tudo isso dentro de pequenos celulares ou iPods que carregamos connosco no bolso, dia e noite, para onde quer que nos desloquemos.”

Ora, sendo assim, esta nossa vida e a afirmação de cultura geral por uma ética reconhecida ficam ainda mais difíceis.

No entanto, sob o ponto de vista individual, vale a pena acreditar que *“sem ética vivemos com medo. Com ética a vida é mais fácil”*, tal como explica Leandro Karnal no seu pensamento sobre *“O Prejuízo da Desonestidade e o Lucro da Ética”* (2016).

Diz ele ainda: *“inaceitável é que haja orgulho no ilícito praticado, sob a forma de elogiado empreendedorismo. Sem ética não há diálogo, entre o honesto e o desonesto”*.

Mais diz que a *“verdadeira medição da nossa ética é quando a praticamos com quem não tememos”*.

Quando a praticamos com quem nos está acima em Poder, na verdade estamos apenas a ser espertos e não verdadeiramente éticos.

Contudo, quanto aos percursos coletivos, destes últimos tempos, e neste nosso mundo líquido, a realidade é mesmo muito complexa e difícil.

Ajuda a entender essa dificuldade outro pensador contemporâneo e global como é o americano Francis Fukyama, que a expressa no seu mais recente livro, editado em Portugal pela D. Quixote o mês passado — *“Identities”* —, onde reflete igualmente sobre *“a exigência de dignidade e a política do ressentimento”*.

E os valores que se pressupunha ajudarem ao entendimento e à paz, afinal, justificam os piores comportamentos e decisões.

E todos estes pensamentos e realidades globais têm, afinal, no meu entender, também a ver com a prova nos crimes da corrupção e dos delitos económico-financeiros, temário muito atual e pertinente destas jornadas.

E têm, sobretudo, a ver com a identificação de valores a proteger, com a feitura das leis, com a sua interpretação e aplicação, com a investigação criminal, com a proteção dos direitos liberdades e garantias, com a tipicidade do crime, com o julgamento e com a medida das penas.

E para tudo isso ser bem realizado, penso que é preciso compreender bem este mundo líquido, mas também é preciso compreender, por contraponto, o que já ensinara Sócrates, ...o grego:

“Tive medo de que a minha alma cegasse por completo se eu olhasse para as coisas com os meus olhos ou tentasse apreendê-las com a ajuda dos sentidos. E achei que o melhor era voltar-me para o mundo do espírito e aí procurar a verdade da existência”.

Certas evoluções devem ser apreciadas criticamente. Já Platão imaginava uma lei terrena universal da decadência.

A Aristocracia, governo dos melhores, degenera em Timocracia, governo da honra, que, por sua vez, degenera em Oligarquia, governo dos ricos, e esta em Democracia, governo do povo. Finalmente, o caos da Democracia gera a Tirania.

Sendo eu de irrevogável convicção democrática, temo, por isso, esta previsão de Platão.

Compete-nos a todos e a cada um combater pelo falhanço da previsão final desta citada lei terrena e universal de Platão, que redundaria em tirania tendencial.

É ver alguns fenómenos democráticos decadentes na América e já na Europa.

Entre nós, e em tempo mais recente relativo à predição de Platão, um pensador aqui de Ponta Delgada também já refletia sobre decadências.

Antero de Quental bem ponderou sobre “As causas da Decadência dos Povos Peninsulares”.

Reflexões e lições que nos importa ter presentes na apreciação crítica dos nossos tempos e das nossas mudanças ou constâncias.

III. TESTEMUNHO DE EXPERIÊNCIA FEITO

No campo judicial ou judiciário a experiência é especializada.

Não tem sido essa a minha experiência, apesar de licenciado em direito e inscrito na Ordem dos Advogados.

Como parlamentar, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, experimentei um limitado e específico poder legislativo e noutras matérias que não as criminais ou penais, ou sobre matérias relativas a direitos, liberdades e garantias, ou sobre questões judiciais e judiciárias.

Num quadro competencial bem mais restrito do que aquele que é o da Assembleia da República, no entanto, deu para perceber que o nosso sistema legislativo, incluindo o de Soberania, está muito aquém da exigível preparação, valorativa, intelectual e técnica para a devida ponderação da nossa produção legislativa.

Urge aperfeiçoar, em Portugal, a preparação da competência legislativa, em geral, em todas as áreas e, em especial, nestas matérias.

E como muita da legislação vigente, para além de excessiva e contraditória, está longe da perfeição técnica, é mais difícil a compreensão pelo cidadão e pela comunidade em geral sobre o Bem a proteger, sobre os comportamentos a adotar e sobre o grau de censura e punição pelo seu incumprimento. Tudo isso complica igualmente a tarefa do intérprete e do aplicador da lei, logo, a sua compatibilização com a vida e com as pessoas em concreto complica-se.

Como político, autarca e gestor público, perceciono que, em Portugal, parece estar crescente uma ideia negativa em relação à política e à governação, condenando-se tudo e todos a um labéu, portanto, à percepção genérica de que são todos iguais — incompetentes e corruptos e que a legislação está arcaica, confusa e contraditória.

A crescer, uma sociedade desprovida de uma cultura geral para a ética e para a exigência da dignidade não se defende e nunca terá condições de regeneração.

Ora, com o risco da prevalência deste entendimento genérico, são a Democracia e o Estado de Direito que ficam comprometidos.

Em concreto para o judiciário e para a importância da prova, também as leis deficientes só dificultam.

Ideal seria que a sociedade tivesse capacidade de organizar o seu sistema de funcionamento de forma cristalina e convincente.

E isso recomenda que, perante aquele que é o efetivo sistema, nos coloquemos com vontade e capacidade de o reformar e aperfeiçoar.

Bem hajam estas realizações, de que as jornadas açorianas de direito são um bom exemplo. Parabéns!

Comprometido com a probidade do comportamento e ciente da humildade da minha conferência, felicito todos e cada um pela realização de mais estas jornadas. E exorto os organizadores a continuarem com elas e aqui em Ponta Delgada.